

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 30 de junho de 2010

Senhores Acionistas,
Apresentamos as Demonstrações Financeiras do Banco JBS S.A., acompanhadas das Notas Explicativas, do semestre findo em 30 de junho de 2010, elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.

Banco JBS, o banco da pecuária, tem como mercado de atuação o setor pecuarista nacional, oferecendo produtos e serviços destinados a apoiar o crescimento sustentável da pecuária brasileira. Nesta direção, o Banco JBS, em agosto de 2009, investiu na criação da empresa JBS Negócios Agropecuários que tem como atividade principal a intermediação de negócios agropecuários e o desenvolvimento de projetos agropecuários. Em janeiro de 2010, firmou convênio com o Banco do Brasil para financiamento de projetos pecuaristas, como a construção de instalações, reforma de pastagens, compra de animais, e etc. O Banco do Brasil entra com os recursos, e o Banco JBS fica responsável pela prospecção dos clientes e pela realização das operações, atuando como avaliador. É a primeira vez que este tipo de acordo, dentro do BB Convir, é firmado com um banco para financiar a pecuária.

Buscando ampliar seu leque de produtos e serviços para os clientes da cadeia produtiva da pecuária, o Banco obtve em 27 de maio de 2010, autorização para realizar operações no Mercado de Câmbio e, em 12 de julho de 2010, investiu na criação da empresa Eldorado Administradora de Recursos Ltda. com o objetivo de prestar serviços de administração de carteiras

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Semestres Findos em 30 de Junho de 2010 e 30 de Junho de 2009

ATIVO	(Em Milhares de Reais)	
	2010	2009
ATIVO CIRCULANTE	323.239	237.009
DISPONIBILIDADES	29	23
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	74.841	2.124
Aplicações no Mercado Aberto	73.595	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.246	2.124
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	231.296	211.089
Carteira Própria	229.390	187.550
Vinculados a Operações Compromissadas	-	16.163
Vinculados à Prestação de Garantias	1.892	7.376
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	279	374
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	4	4
Créditos Vinculados - Depósitos no Bacen	275	374
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	14.795	22.210
Empréstimos	14.915	22.723
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(120)	(513)
OUTROS CRÉDITOS	1.848	1.117
Negociação e Intermediação de Valores	-	-
Adiantamentos e Antecipações Salariais	245	153
Créditos Tributários	962	441
Impostos e Contribuições a Compensar	572	511
Diversos	69	72
OUTROS VALORES E BENS	151	72
Despesas Antecipadas	151	72
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	294	244
OUTROS CRÉDITOS	294	244
Créditos Tributários	294	244
PERMANENTE	6.530	7.558
INVESTIMENTOS	266	-
Participações em Controladas - no País	266	-
IMOBILIZADO DE USO	778	641
Outras Imobilizações de Uso	1.018	731
(-) Depreciações Acumuladas	(240)	(90)
DIFERIDO	5.486	6.917
Gastos de Organização e Expansão	7.156	7.156
(-) Amortizações Acumuladas	(1.670)	(239)
TOTAL DO ATIVO	330.063	244.811

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestres Findos em 30 de Junho de 2010 e 30 de Junho de 2009

	(Em Milhares de Reais)					
	Capital Social	Aumento de Capital	Reserva de Lucros Legal	Reserva Estatutária	Lucros ou (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	100.000	-	-	-	(525)	99.475
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	-	1.373	1.373
Destinações:					4	-
Constituição de Reserva Legal	-	-	69	-	(69)	-
Saldos em 30 de Junho de 2009	100.000	-	69	-	779	100.848
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	100.000	-	64	909	-	100.973
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	-	2.127	2.127
Destinações:					-	-
Realização de Reserva	-	909	-	(909)	-	-
Constituição de Reserva Legal	-	-	106	-	(106)	-
Constituição de Reserva Estatutária	-	-	-	1.516	(1.516)	-
Dividendos Propostos no Semestre	-	-	-	-	(505)	(505)
Capitalização de Dividendos de Período Anterior	-	302	-	-	-	302
Saldos em 30 de Junho de 2010	100.000	1.211	170	1.516	-	102.897

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Semestres Findos em 30 de Junho de 2010 e 30 de Junho de 2009

1. Contexto operacional

O Banco JBS S.A. (Banco) opera como banco múltiplo desde 28 de julho de 2008, na forma da Resolução nº 1.524/88, do Banco Central do Brasil (Bacen) autorizado a desenvolver suas operações por meio das carteiras comerciais, de crédito, de financiamento e de investimento. Adicionalmente, em 27 de maio de 2010 o Banco recebeu autorização para realizar operações no Mercado de Câmbio.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas

As demonstrações contábeis foram preparadas em consonância com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), anteriormente à promulgação da Lei nº 11.638, de 28/12/2007, e Medida Provisória nº 449/08, para a contabilização das operações, com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen), apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), as quais não contemplam plenamente as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07, conforme nota explicativa nº 21. As demonstrações contábeis incluem estimativas de premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável - impairment de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros, outras provisões, e sobre a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. As demonstrações contábeis apresentam valores comparativos entre o primeiro semestre de 2009, findo em 30 de junho de 2009, e o primeiro semestre de 2010, compreendido entre o período de 01 de janeiro de 2010 a 30 de junho de 2010. As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para as de natureza financeira.

b) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São apresentadas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos "pro rata" dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados.

c) Títulos e valores mobiliários

Registrados pelo custo de aquisição e atualizados pelo indexador e/ou taxa de juros efetiva, e de acordo com a Circular Bacen nº 3.068, de 08/11/2001, as instituições financeiras devem classificar os títulos e valores mobiliários, nas seguintes categorias:

- títulos para negociação;
- títulos disponíveis para venda; e
- títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos classificados como "para negociação" e "disponíveis para venda" são apresentados no ativo circulante e avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado e os classificados como títulos "mantidos até o vencimento" são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

O Banco não possui títulos classificados nas categorias disponíveis para venda e mantidos até o vencimento em 30 de junho de 2010.

Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados como negociação são reconhecidos no resultado do semestre e/ou exercício.

d) Instrumentos financeiros derivativos

São classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (hedge) ou não, conforme a Circular Bacen nº 3.082, de 30/01/2002. Para as operações onde o Banco utiliza instrumentos financeiros classificados como hedge, e não relacionados a fluxo de caixa, sua valorização é a mercado, incluindo a valorização do item objeto de hedge, sendo estes efeitos reconhecidos diretamente no resultado.

e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução Bacen nº 2.682, de 21/11/2009, que rege a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente pela Administração do Banco e atende aos critérios estabelecidos pelo Bacen.

f) Despesas antecipadas

São gastos relativos às aplicações de recursos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo tais gastos apropriados ao resultado no período de geração dos benefícios futuros.

g) Ativo permanente - investimentos em controladas

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, com base em balanços levantados na mesma data.

h) Ativo permanente - imobilizado de uso e diferido

O ativo imobilizado de uso e gastos com organização e expansão são demonstrados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens.

Os valores registrados no diferido até 08 de dezembro de 2008 serão mantidos neste grupo até sua amortização, de acordo com a Circular-Carta Bacen nº 3.357/08.

i) Depósitos, captações no mercado aberto, e recursos de aceites e emissão de títulos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia.

j) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A provisão para imposto de renda (IRPJ) é constituída com base nos rendimentos tributáveis pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros excedentes a R\$ 240 no exercício fiscal. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) das instituições financeiras é de 15% sobre o lucro tributável. Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes, na data das demonstrações contábeis, sendo que os créditos sobre adições temporárias, quando houver, serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, quando houver, serão realizados de acordo com a operação de lucros tributáveis futuros.

k) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 489, de 03/10/2005, e Interpretação Técnica do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon) nº 02/2006, da seguinte forma:

Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado no opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, sendo efetuada provisão com base na perda histórica, enquanto aquelas classificadas como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação.

Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

Em 30 de junho de 2010 o Banco tem constituída uma provisão de R\$ 380, a título de contingências trabalhistas, cuja probabilidade de perda foi classificada pelos Assessores Jurídicos do Banco como "provável".

de valores mobiliários e gestão de recursos para pessoas físicas ou jurídicas, brasileiras ou estrangeiras, e consultoria e assessoria empresarial, incluindo o planejamento de negócios.

O Banco apresentou um lucro líquido de R\$ 2.127 mil no corrente semestre, com retorno sobre o patrimônio líquido médio deste semestre de 4,19% em termos anualizados.

O lucro líquido por ação, no semestre, correspondeu a R\$ 0,21.

Em relação ao primeiro semestre de 2009, o lucro líquido obteve um crescimento de R\$ 754 mil, que representou 54,92%.

As principais variações no resultado em relação ao mesmo semestre do ano passado ocorreram com as carteiras de títulos e valores mobiliários e derivativos em R\$ 16.456 mil, operações de crédito em R\$ 1.620, despesas de captação em R\$ 9.240 mil, despesas administrativas no montante de R\$ 4.868 mil, e despesas com impostos em R\$ 447 mil.

Os ativos totais apresentaram no semestre um aumento de 34,82%, atingindo o saldo de R\$ 330.064 mil, representados substancialmente por operações de crédito no montante de R\$ 14.795 mil, aplicações interfinanceiras de liquidez em R\$ 74.841 mil, e pela carteira de títulos e valores mobiliários no total de R\$ 231.296 mil. Destacamos o crescimento da carteira de CPR - Cédula de Produto Rural em relação a 30 de junho de 2009 que atingiu R\$ 149.396 mil, representando 22,3%.

O saldo das captações de R\$ 221.604 mil, distribuídas em depósitos totais de R\$ 104.315 mil, e letras de crédito do agronegócio (LCA) de R\$ 117.289 mil, tiveram um aumento de R\$ 96.829 mil,

correspondente a 77,60%, em relação a 30 de junho de 2009.

O patrimônio líquido é de R\$ 102.897 mil.

O Banco tem permanentemente revisado seus processos de gestão de risco operacional e de mercado que estão aderentes ao que disciplina as Resoluções Bacen nº 3.380 e 3.464.

O Banco utiliza para o cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) referente ao risco operacional a Abordagem do Indicador Básico, conforme Circular Bacen nº 3.383.

Nos termos do artigo 8º, parágrafo 3º da Resolução Bacen nº 3.040, informamos que as operações do Banco, realizadas no semestre, estão alinhadas aos objetivos estratégicos definidos no plano de negócios da instituição para o triênio 2008-2010, entregue ao Banco Central do Brasil para fins de solicitação de autorização para funcionamento.

O Banco disponibiliza aos seus clientes um conjunto de canais de acesso à Ouvidoria divulgados em uma ampla rede de pontos de comunicação. Este processo atende às disposições contidas na Resolução Bacen nº 3.849 e na Circular Bacen nº 3.370 vigente à época, revogada pela circular nº 3.503 de 26 de julho de 2010. No semestre não houve a ocorrência e respectivo registro de qualquer acesso à Ouvidoria.

Nesta oportunidade agradecemos aos nossos clientes e parceiros pela confiança depositada e aos nossos funcionários e colaboradores pelo comprometimento na obtenção dos resultados apresentados.

São Paulo, 06 de agosto de 2010

A Administração

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Semestres Findos em 30 de Junho de 2010 e 30 de Junho de 2009

	(Em Milhares de Reais)	
	2010	2009
Receitas da Intermediação Financeira	27.971	13.135
Operações de Crédito	1.618	3.238
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	26.218	10.508
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	135	(611)
Despesas da Intermediação Financeira	(12.863)	(3.958)
Operações de Captação no Mercado	(12.823)	(3.583)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(40)	(375)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	15.108	9.177
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(10.494)	(6.782)
Receitas de Prestação de Serviços	3	10
Despesas de Pessoal	(6.376)	(4.669)
Outras Despesas Administrativas	(3.555)	(1.636)
Despesas Tributárias	(711)	(487)
Resultado de Participações em Controladas	145	-
Resultado Operacional	4.614	2.395
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	4.614	2.395
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.469)	(1.022)
Provisão para Imposto de Renda	(956)	(853)
Provisão para Contribuição Social	(554)	(481)
Ativo Fiscal Diferido	41	312
Participações nos Lucros	(1.018)	-
Lucro Líquido do Semestre	2.127	1.373
Lucro Líquido por Ação - em R\$ - 100.000.000 Ações	0,0213	0,0137

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Semestres Findos em 30 de Junho de 2010 e 30 de Junho de 2009

	(Em Milhares de Reais)	
	2010	2009
Atividades Operacionais	2.127	1.373
Lucro Líquido do Semestre	2.127	1.373
Ajustes ao Lucro Líquido do Semestre	698	666
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	40	375
Resultado de Participações em Controladas	(145)	-
Depreciações e Amortizações	803	291
Lucro Líquido Ajustado do Semestre	2.825	2.039
Varições de Ativos e Obrigações	(58.287)	(89.454)
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.508	(97.070)
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários	(854)	18
Redução (Aumento) em Relações Interfinanceiras	(4.892)	4.754
Redução (Aumento) em Operações de Crédito	257	6.130
Redução (Aumento) em Outros Créditos	(65)	(72)
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens	272	(7.090)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	(55.462)	(87.415)
Atividades de Investimentos	-	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	(145)	(144)
Aplicações no Diferido	-	(7.156)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Investimentos	(145)	(7.300)
Atividades de Financiamentos	-	-
Aumento de Capital	302	-
Aumento (Redução) em Depósitos	(1.441)	69.900
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto	(11.004)	11.448
Aumento (Redução) em Recursos de Emissão de Títulos	67.714	13.139
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Financiamentos	55.571	94.577
Aumento/(Redução) das Disponibilidades	(36)	(138)
Modificações na Posição Financeira:	-	-
Início do Semestre	65	161
Fim do Semestre	29	23
Redução das Disponibilidades	(36)	(138)

	(Em Milhares de Reais)	
	2010	2009
Atividades Operacionais	2.127	1.373
Lucro Líquido do Semestre	2.127	1.373
Ajustes ao Lucro Líquido do Semestre	698	666
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	40	375
Resultado de Participações em Controladas	(145)	-
Depreciações e Amortizações	803	291
Lucro Líquido Ajustado do Semestre	2.825	2.039
Varições de Ativos e Obrigações	(58.287)	(89.454)
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.508	(97.070)
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários	(854)	18
Redução (Aumento) em Relações Interfinanceiras	(4.892)	4.754
Redução (Aumento) em Operações de Crédito	257	6.130
Redução (Aumento) em Outros Créditos	(65)	(72)
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens	272	(7.090)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	(55.462)	(87.415)
Atividades de Investimentos	-	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	(145)	(

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 Semestres Findos em 30 de Junho de 2010 e 30 de Junho de 2009

(Em Milhares de Reais)

16. Patrimônio líquido

a) Capital social
 O capital social é representado por 100.000.000 ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente integralizadas.

b) Dividendos
 O Estatuto não assegura aos acionistas o pagamento de dividendo mínimo.

c) Reserva de lucros

A Reserva legal de R\$ 170 (2009 - R\$ 69) é constituída à base de 5% sobre o lucro do exercício, limitada a 20% do capital social.

d) Reserva estatutária

A reserva estatutária de R\$ 1.516 (2009 - R\$ -) é constituída com base no lucro líquido não distribuído após todas as destinações, permanecendo o saldo acumulado a disposição do acionista para deliberação futura em assembleia geral.

17. Outras receitas/despesas operacionais

a) Outras despesas administrativas

Compõem-se de: aluguéis R\$ 165 (2009 - R\$ 201), comunicações R\$ 118 (2009 - R\$ 40), manutenção e conservação de bens R\$ 29 (2009 - R\$ 10), processamento de dados R\$ 661 (2009 - R\$ 355), propaganda, publicidade e relações públicas R\$ 282 (2009 - R\$ 167), serviços do sistema financeiro R\$ 583 (2009 - R\$ 150), serviços técnicos de terceiros R\$ 508 (2009 - R\$ 300), transportes e viagens R\$ 148 (2009 - R\$ 51), depreciações e amortizações R\$ 803 (2009 - R\$ 291), e outras R\$ 258 (2009 - R\$ 71).

18. Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social (corrente), no semestre.

	2010		2009	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes do imposto de renda, contribuição social e participações Adições (exclusões)	3.059	3.598	2.031	2.395
Permanentes	728	(8)	744	32
Contribuição social corrente	554	-	481	-
Contribuição social diferida	(15)	-	(117)	-
Outras despesas indedutíveis	334	137	380	32
Resultado de equivalência patrimonial	(145)	(145)	-	-
Temporárias	101	101	1.256	1.256
Marcação a mercado (TVM e derivativos)	(1.251)	(1.251)	22	22
Outras provisões indedutíveis	1.312	1.312	1.234	1.234
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	40	40	-	-
Lucro tributável	3.888	3.691	4.031	3.683
Prejuízo fiscal/base negativa	-	-	(474)	(477)
Lucro real	3.888	3.691	3.557	3.206
Incentivos fiscais	(4)	-	(24)	-
Imposto de renda - 15%	579	-	509	-
Adicional do imposto de renda - 10%	377	-	344	-
Contribuição social - 15%	-	554	-	481
Encargo total de imposto de renda e contribuição social	956	554	853	481

b) Origem e movimentação dos créditos tributários e passivos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social

b.1) Crédito tributário

	Crédito tributário (acumulado)				
	2010		2009		
	Dez/2009	Constituição	Reversão	Total	
Imposto de renda					
1) Diferenças temporárias					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	20	10	-	30	128
Marcação a mercado de TVM e derivativos	219	-	(219)	-	48
Provisão para outros passivos	427	328	-	755	252
2) Prejuízo fiscal/base negativa					
Prejuízo fiscal	-	-	-	-	-
Total imposto de renda	666	338	(219)	785	428
Contribuição social					
1) Diferenças temporárias					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	12	6	-	18	77
Marcação a mercado de TVM e derivativos	131	-	(131)	-	29
Provisão para outros passivos	256	197	-	453	151
2) Prejuízo fiscal/base negativa					
Base negativa	-	-	-	-	-
Total contribuição social	399	203	(131)	471	257
Total geral	1.065	541	(350)	1.256	685

b.2) Passivo fiscal diferido

	Passivo fiscal diferido (acumulado)				
	2010		2009		
	Dez/2009	Constituição	Reversão	Total	
Imposto de renda					
1) Diferenças temporárias					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	-
Marcação a mercado de TVM e derivativos	-	(94)	-	(94)	(29)
Provisão para outros passivos	-	-	-	-	-
2) Prejuízo fiscal/base negativa					
Prejuízo fiscal	-	-	-	-	-
Total imposto de renda	-	(94)	-	(94)	(29)
Contribuição social					
1) Diferenças temporárias					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	-
Marcação a mercado de TVM e derivativos	-	(56)	-	(56)	(17)
Provisão para outros passivos	-	-	-	-	-
2) Prejuízo fiscal/base negativa					
Base negativa	-	-	-	-	-
Total contribuição social	-	(56)	-	(56)	(17)
Total geral	-	(150)	-	(150)	(46)

b.3) Impostos diferidos líquidos

	Impostos diferidos líquidos			
	Movimentação líquida no semestre		Saldos acumulados no final do semestre	
	2010	2009	2010	2009
Imposto de renda				
1) Diferenças temporárias				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10	94	30	128
Marcação a mercado de TVM e derivativos	(313)	(33)	(94)	19
Provisão para outros passivos	328	252	755	252
2) Prejuízo fiscal/base negativa				
Prejuízo fiscal	-	(118)	-	-
Total imposto de renda	25	195	691	399
Contribuição social				
1) Diferenças temporárias				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	56	18	77
Marcação a mercado de TVM e derivativos	(187)	(19)	(56)	12
Provisão para outros passivos	197	151	453	151
2) Prejuízo fiscal/base negativa				
Base negativa	-	(71)	-	-
Total contribuição social	16	117	415	240
Total geral	41	312	1.106	639

c) Previsão de realização dos créditos tributários e passivo fiscal diferido

c.1) Créditos tributários

	2010	2009
Diferenças temporárias		
Até 365 dias	962	962
Acima de 365 dias	294	294
	1.256	1.256
Prejuízo/base negativa		
	-	-
Total	1.256	1.256

c.2) Passivo fiscal diferido

	2010	2009
Diferenças temporárias		
Até 365 dias	(150)	(150)
Acima de 365 dias	-	-
	(150)	(150)
Prejuízo/base negativa		
	-	-
Total	(150)	(150)

19. Gestão de riscos

Em conformidade com o que determinam os normativos BACEN, quanto aos riscos de mercado, liquidez, crédito e operacional, o Banco tem permanentemente mapeado e revisado seus processos operacionais, conceitos e premissas aplicadas, além de ter trabalhado de forma efetiva nos planos de ação para controlar e mitigar os possíveis riscos inerentes aos produtos operacionalizados. O Banco utiliza para o cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) referente ao risco operacional a Abordagem do Indicador Básico.

20. Limites operacionais - Basileia

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um patrimônio de referência compatível com o grau de risco de seus ativos, conforme Resolução Bacen nº 2.099, e normas complementares. Em 30 de junho

de 2010, o índice de adequação de capital (Índice de Basileia II) do Banco era de 29,95% (2009 - 76,50%), enquanto o Patrimônio de Referência (PR) era de R\$ 97.412 (2009 - R\$ 93.931), e o Patrimônio de Referência Exigido (PRE) de R\$ 35.774 (2009 - R\$ 13.506).

21. Outras informações

a) Alteração da legislação societária brasileira, com vigência a partir de janeiro de 2008

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, que altera, revoga e introduz novos dispositivos a Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil, que entra em vigor a partir do exercício que se inicia em 01 de janeiro de 2008. Essa Lei teve, principalmente, o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em consonância com os padrões internacionais de contabilidade. Em 20 de março de 2008, através do Comunicado nº 16.669, o Bacen dispôs as instituições financeiras da aplicação dos dispositivos contábeis introduzidos pela Lei nº 11.638/07 na preparação das demonstrações financeiras intermediárias, durante o ano de 2008. Em 29 de agosto de 2008, através da Resolução nº 3.604, o Bacen regulamentou a substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa. Em 24 de setembro de 2009, através da Resolução nº 3.786, o BACEN regulamentou a elaboração e a divulgação de demonstrações contábeis consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB), onde determina que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir comitê de auditoria nos termos da regulamentação em vigor, devem, adotar estes novos padrões a partir de 31 de dezembro de 2010.

As principais modificações que podem afetar a Companhia podem ser sumarizadas como segue:

- Criação do subgrupo Intangível no Ativo Permanente para classificar os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade. O ativo imobilizado passa a incluir os bens decorrentes de operações que transfiram a companhia os benefícios, riscos e controle desses bens e o ativo diferido passa a incluir as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação.
- Ajuste a valor presente das operações ativas e passivas de longo prazo, sendo as demais ajustadas quando houver efeito relevante.
- Possibilidade de manter separadamente a escrituração das transações para atender a legislação tributária e, na sequência, os ajustes necessários para adaptação às práticas contábeis.
- Administração considera que as alterações acima não ocasionarão efeitos relevantes nas demonstrações financeiras do Banco de 30/06/2010, todavia, permanece acompanhando as normatizações que estão sendo elaboradas pelos órgãos reguladores para determinar com segurança os efeitos da adoção plena da nova lei.

b) Normas internacionais de contabilidade

Em continuidade com o processo de convergência para as Normas Internacionais de Contabilidade, em 29 de maio de 2008, o Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 3.566, determinou a adoção dos Procedimentos Técnicos, referente ao reconhecimento, mensuração e divulgação de redução ao valor recuperável de ativos, produzindo efeitos a partir de 01 de julho de 2008. A principal alteração estabelecida por este normativo é definir procedimentos que assegurem que os ativos estejam registrados contabilmente a valores possíveis de serem recuperados por uso ou por venda. Para tanto, as instituições devem efetuar avaliação de seus ativos, no mínimo, a cada fechamento de balanço trimestral, ou no caso de existir alguma indicação de que um ativo tenha sofrido desvalorização antes disso. Na avaliação da administração, a adoção desta norma não produzirá efeitos significativos no resultado do período, no patrimônio líquido ou nos ativos passíveis de avaliação.

c) Seguros

A Administração do Banco contratou cobertura de seguros para fazer face a eventuais sinistros que venham a ocorrer com os bens do ativo imobilizado.

d) Outros serviços prestados pelos auditores independentes

Informamos que a empresa contratada para auditoria das demonstrações contábeis do Banco JBS S.A., não prestou no período outros serviços que não sejam de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover o interesse deste.

e) Outras informações

Em 28 de janeiro de 2010, o Banco JBS firmou convênio com o Banco do Brasil para financiamento de projetos pecuários, como a construção de instalações, reforma de pastagens, compra de animais, e etc. O Banco do Brasil entra com os recursos, e o Banco JBS fica responsável pela prospecção dos clientes e pela realização das operações, atuando como avalista.

Até 30 de junho de 2010 não tínhamos concluído nenhuma operação por esta categoria.

22. Eventos subsequentes

Em 12 de julho de 2010 o Banco constituiu a empresa Eldorado Administradora de Recursos Ltda. com o objetivo de prestar serviços de administração de carteira de valores mobiliários e gestão de recursos para pessoas físicas ou jurídicas, brasileiras ou estrangeiras, e consultoria e assessoria empresarial, incluindo o planejamento e estruturação de negócios.

DIRETORIA

Emerson Fernandes Loureiro
 Diretor Superintendente

Adão Carlos de Araújo
 Diretor

Fernando Abe Ohara
 Diretor

José Antonio Marinho Neto
 Diretor

Evaldo Eloi da Silva Veiga
 Diretor - Contador - CRC - 1SP110518/O-2

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração, Acionistas e Administradores do

Banco JBS S.A.

São Paulo - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais do **Banco JBS S.A.** ("Banco") em 30 de junho de 2010 e 2009, e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados correspondentes aos semestres findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nossos exames foram conduzidos em conformidade com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil

e compreendemos: **a)** o planejamento dos trabalhos considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do Banco; **b)** a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e **c)** a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração do Banco, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Banco JBS S.A.** em 30 de junho de 2010 e 2009, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, seus fluxos de caixa e os seus valores adicionados correspondentes aos semestres findos naquelas datas, de acordo com

as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 06 de agosto de 2010



BDO Auditores Independentes
 CRC 259013439/O-5
Orlando Octávio de Freitas Júnior
 Sócio-contador
 CRC 15P178871/O-4

Márcio Serpejante Peppe
 Sócio-contador
 CRC 15P233011/O-8